

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
EDITAL FFLCH/FLM nº 021-2024

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS, DISCIPLINA DE LITERATURA FRANCESA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, estarão abertas, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 08/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 26/02/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa), claro/cargo nº 1242407 com o salário de R\$ 14.761,10. (maio/2023), junto ao Departamento Letras Modernas, área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, disciplina de Literatura Francesa, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

1. Experiências da literatura francesa na Idade Média e no Renascimento
2. As linguagens do teatro clássico francês
3. A literatura francesa do século XVIII entre ficção e filosofia
4. Romantismo e modernidade na poesia francesa do século XIX
5. Subjetividade e construção do real no romance francês do século XIX
6. Revolução da linguagem poética: simbolismo e surrealismo na literatura francesa
7. Narrativa em língua francesa do século XX: a representação em crise?
8. Relações literárias Brasil-França: ecos, ressonâncias, intertextos
9. Crítica literária em língua francesa: estruturalismo, pós-estruturalismo e novas tendências
10. Literatura contemporânea em língua francesa: formas e subjetividades em devir
11. Literaturas de expressão francesa: mundos e linguagens em relação

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 – Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 1

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 3

II) prova didática - peso 1

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do cargo docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

§ 4º - As provas escrita e didática serão realizadas na língua francesa.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI - O candidato poderá utilizar o microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/09/2001 e da portaria FFLCH nº 007/2022, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02/07/2022.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.
6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.
7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III - a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V– se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.
10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.
11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.
16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.
18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.
19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
21. Maiores informações bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados no site <http://academica.fflch.usp.br/concursos/doutor/todos>, pelos telefones 11-3091-4590 e 3091-4621, ou por correio eletrônico (apoioaca1fflch@usp.br).

ANEXO - concessão do claro docente - LITERATURA FRANCESA

OBJETIVOS

Esta contratação visa o ensino de literatura em língua francesa, para a formação de especialistas e de alunos de letras e outros cursos, a difusão dessa literatura para a comunidade acadêmica e não

acadêmica, além da continuidade de pesquisas de excelência em crítica e literatura francesa, em diálogo com parceiros internacionais.

ENSINO - METAS

No ensino de graduação, o (a) docente a ser contratado deverá ministrar disciplinas obrigatórias de Literatura francesa, assim como disciplinas eletivas/optativas sobre os temas mencionados nos objetivos, além de orientar trabalhos (em TGI - Trabalho de graduação - e iniciação científica), de forma a contribuir para formar alunos que poderão realizar pós-graduação na área ou para a formação de profissionais. Desde o início, ele (a) deverá cumprir com a carga horária mínima exigida para cada docente, e espera-se que no médio prazo possa contribuir para a criação de disciplinas optativas. Nesse sentido, as aulas do docente devem se ajustar aos eixos do projeto acadêmico do Departamento de Letras Modernas, contribuindo para a formação de: a) pesquisadores e professores de nível superior em língua, literatura e tradução; b) quadros para o magistério regular (ensinos fundamental e médio) e para outros contextos de ensino (cursos livres, para fins específicos, para comunidades de imigrantes, etc.); c) tradutores, revisores e especialistas do texto.

No ensino de pós-graduação, espera-se que, no curto prazo, o docente se credencie e ministre disciplinas que contribuam para o trabalho de pesquisa do programa, e que, no médio prazo, integre como orientador o quadro docente do Programa de Pós-Graduação Letras Estrangeiras e Tradução (LETRA).

PESQUISA E INOVAÇÃO - METAS

A pesquisa atualmente desenvolvida no PPG -LETRA oferece importantes pontos de partida para abrigar os novos docentes em Literatura francesa, como os atuais projetos em tradução poética, literatura e imprensa, crítica literária e crítica genética, desenvolvidos pelos atuais docentes da área. Essas pesquisas estão inseridas em redes de pesquisa internacionais e já foram contempladas com verbas de organismos nacionais e estrangeiras (Fapesp, União Iberoamericana de Universidades) e um recente prêmio (Prêmio Biblioteca Nacional, do docente Álvaro Faleiros), além de contar com o apoio da Bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

Espera-se que novos docentes possam integrar esses projetos e redes internacionais em andamento, bem como propor outros projetos inovadores em áreas ainda pouco desenvolvidas na USP, como a literatura de países de língua francesa na África, Ásia e nas Américas, ou os estudos sobre literatura francesa e outras artes.

No que diz respeito a metas e prazos, é importante lembrar os parâmetros gerais que o Projeto Acadêmico do Departamento estabelece como desejável para todas e todos os docentes em RDIDP. Desde o começo, o professor deverá credenciar e desenvolver um projeto de pesquisa na sua especialidade, bem como difundir resultados de pesquisa mediante publicações, em âmbito nacional e internacional, que o Departamento prioriza no seu Projeto Acadêmico, a saber, livros e capítulos por editoras com comitê editorial e revisão de pares, artigos em periódicos científicos de nítido reconhecimento na área e/ou estratégicos para a especificidade de pesquisa e da internacionalização do docente, coleções e edições críticas. Espera-se, do ponto de vista

quantitativo, que a produção bibliográfica do docente esteja de acordo com a média de publicações de sua área de conhecimento e com a que requer o PPG-LETRA (nota 6) para credenciamento.

No médio prazo, também como todo docente do Departamento, espera-se que o docente: oriente pesquisadores em iniciação científica e gradativamente em nível de mestrado e doutorado, que se engaje em projetos, grupos e redes nacionais e internacionais de pesquisa, ganhando progressivamente espaço de liderança, e que procure obter recursos mediante editais de fomento.

CULTURA E EXTENSÃO - METAS

No âmbito da extensão, cada vez mais valorizada na universidade e na avaliação dos programas de pós-graduação pelas possibilidades de impacto social, a atuação dos docentes de Língua Francesa se faz presente especialmente pelas ações de difusão literatura francesa para o público geral, a partir da produção de paratextos editoriais (em prefácios, posfácios, orelhas de livros), da participação e produção de debates na mídia (televisão, podcasts, redes sociais) e em eventos diversos, como oficinas e mini-cursos (em livrarias, Institutos culturais, Sesc).

Os docentes de literatura também coordenam cursos de extensão ministrados por pós-graduandos, mas a escassez de docentes na especialidade tem dificultado muito o oferecimento de mais cursos de extensão, meta que consideramos de curto e médio prazo para a/o docente a ser contratada/o.

A contratação de docente com formação em Literaturas em língua francesa poderá, portanto, reforçar, no médio e longo prazo, a ponte necessária e desejada entre os conhecimentos produzidos na universidade e a sociedade. Essa contribuição terá impacto tanto no reconhecimento do papel da USP, ao oferecer serviços à sociedade, quanto em relação à avaliação da CAPES, no que diz respeito aos objetivos da pós-graduação.

IMPACTO ESPERADO COM A CONTRATAÇÃO

Os resultados esperados com a chegada de um novo docente se farão sentir em vários níveis, que vão desde o ensino, a pesquisa, a extensão até as funções e atividades administrativas que são desempenhadas pelos professores da área de Literatura. Um novo docente vai melhorar consideravelmente nossa capacidade de formar recursos humanos para a pesquisa e para o ensino, permitindo, no curto e médio prazo, uma melhor divisão da carga horária das disciplinas obrigatórias no ensino de Literatura e, conseqüentemente, o oferecimento de disciplinas eletivas e optativas que não têm sido oferecidas por falta de docentes. Um novo colega permitirá também que o trabalho administrativo exigido para o funcionamento da área seja dividido por mais professores e não sobrecarregue, assim, o quadro docente. Pelo exposto nos itens anteriores, espera-se igualmente que a contratação também contribua, no longo prazo, para a internacionalização da Universidade, dado o amplo alcance da língua francesa no mundo.

Além disso, a contratação permitirá ampliar a oferta de áreas de pesquisa para o PPG-LETRA, visto que o docente contribuirá com sua pesquisa individual para o programa. Sua contratação permitirá que todos os docentes da área de literatura francesa possam aumentar sua oferta de disciplinas na pós-graduação, uma vez que haverá uma possibilidade maior de distribuição das disciplinas de graduação. Na extensão, o fato de poder contar com mais um docente poderia auxiliar na ampliação

230 e 231 – São Paulo, 133 (143) Diário Oficial Caderno Executivo - Seção III quinta-feira, 28 de dezembro de 2023

de cursos de extensão em francês, contribuindo para minimizar a distância existente entre os conhecimentos produzidos na universidade e a sociedade.

No longo prazo, a contratação de um docente com o perfil aqui definido contribuirá com novos estudos e práticas para a abordagem da Literatura Francesa na USP.